

Escrita como existência e resistência: a mulher negra na Literatura Brasileira de Língua Portuguesa - uma leitura a partir de Carolina Maria de Jesus

Writing as existence and resistance: the Black woman in Brazilian Literature in the Portuguese Language - a reading through the lens of Carolina Maria de Jesus

DOI: <https://doi.org/10.21747/30517036/seb2a6>

Clesiane Bindaco Benevenuti

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro - SEEDUC

clesiane@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3222172221391906>

Priscila Valle dos Santos Silva

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

brasilprisca.languages@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1666441610891928>

Recebido: 19/03/2026

Aceite: 07/06/2026

RESUMO: Este artigo objetiva compreender como a produção literária de Carolina Maria de Jesus atua na constituição discursiva da mulher negra na literatura em língua portuguesa, por meio da análise das obras *Diário de Bitita* e *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Parte-se da hipótese de que essas narrativas articulam memória, experiência e resistência, possibilitando, assim, a ressignificação da subjetividade negra marginalizada, bem como o protagonismo de sujeitos historicamente silenciados. Por longo tempo, a escrita de Carolina foi frequentemente reduzida à função social, como se essa fosse a única competência admitida à autora. No entanto, este estudo revela a agência da autora ao tornar-se sujeito de enunciação por meio de uma poética do cotidiano, apresentando uma estética literária relevante, com narrativa contra-hegemônica de resistência que desloca os regimes de construção da verdade. Emprega-se, portanto, como aporte teórico, o feminismo decolonial, atentando-se para a interseccionalidade e

para o conceito de *escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo, que possibilita a compreensão das novas subjetividades femininas negras no contexto da Literatura Brasileira de Língua Portuguesa. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa de caráter interpretativo, com análise textual do *corpus* literário.

PALAVRAS-CHAVE: escrita feminina negra; literatura de língua portuguesa; resistência; *escrevivência*; subjetividade.

ABSTRACT: This article examines how Carolina Maria de Jesus's literary production contributes to the discursive construction of Black woman in Portuguese-language literature by analyzing the works *Diário de Bitita* and *Child of the Dark*. It hypothesizes that these narratives articulate memory, experience, and resistance, thereby enabling the re-signification of historically marginalized Black subjectivity and the protagonism of historically silenced subjects. For a long time, Carolina's writing was frequently reduced to its social function, as if this were the only competence admitted to the author. However, this study reveals the author's agency in becoming a subject of enunciation through a poetics of the everyday, presenting a relevant literary aesthetic with a counter-hegemonic narrative of resistance that displaces the regimes of truth construction. Therefore, decolonial feminism is employed as a theoretical framework, paying attention to intersectionality and the concept of "*escrevivência*" (a term coined by Conceição Evaristo, roughly translating to "writing from lived experience"), which allows for an understanding of new Black female subjectivities within the context of Brazilian Literature in the Portuguese Language. Methodologically, a qualitative, interpretative approach was adopted, with textual analysis of the literary corpus.

KEYWORDS: Black women's writing; *escrevivência*; Portuguese-language literature; resistance; subjectivity.

Introdução

Ao considerar a potência da voz, compreendida aqui à luz da concepção dialógica da linguagem, em que todo enunciado se constitui na relação com o outro, pelo atravessamento de vozes sociais (Bakhtin, 2011), representada pela escrita de Carolina Maria de Jesus (1986), mulher negra e marginalizada, optou-se, para este artigo, por um recorte centrado em duas de suas obras: *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Diário de Bitita*.

Em ambas as obras é possível identificar que a vida da autora foi atravessada por diversos tipos de opressão, oriundos de relações de poder que

articulam raça, classe e gênero, ao longo de toda sua trajetória, não como episódios isolados, mas como processos contínuos. Diante disso, apreende-se a escrita de Carolina Maria de Jesus como tensão ao cânone, de modo que o campo literário se torne espaço de disputa de vozes e valores, no qual diferentes discursos entram em confronto (Bakhtin, 2015), uma vez que a autora não apenas desvela um sistema-mundo que era ocultado ou ignorado, mas converte sua narrativa em ação de afirmação de existência e resistência simbólica.

O projeto literário produzido por Carolina Maria de Jesus evidencia a mulher negra como sujeito de enunciação, isto é, sua voz é inserida na disputa por legitimidade dentro da literatura. Nesse sentido, a sua escrita não pode ser caracterizada apenas como experiência, mas como prática que permite à mulher negra produzir saber a partir da própria margem, tornando-se um ser “compreendido como quem se constitui na e pela linguagem em situações concretas de interação social” (Bakhtin, 2011, p. 65), reconfigurando sua posição no campo literário.

O destaque merecido à produção literária de Carolina Maria de Jesus dá-se pelo fato de a autora fazer parte de um contexto que produzia opressões articuladas nos âmbitos da raça, do gênero e da classe e, ainda assim, conseguir tensionar os limites entre polos tão distintos, como suas experiências e sua escrita. As relações de poder, que permeavam a sociedade, eram obstáculos concretos para que a autora ocupasse o lugar de escritora em uma sociedade desigual, racista e injusta. No entanto, ela deslocou a sua narrativa para um lugar de afirmação de existência e de resistência simbólica.

Diante desse cenário, este estudo propõe a análise da construção da figura da mulher negra na Literatura Brasileira de Língua Portuguesa, por meio das obras *Diário de Bitita* e *Quarto de Despejo*, com o propósito de compreender como essa mulher ocupa o lugar de sujeito de enunciação por meio da escrita, deixando de ser apenas alguém representado. Dessa forma, este artigo não tem a pretensão de abarcar toda a produção feminina em língua portuguesa, mas visa a privilegiar e se concentrar na potência literária da escrita caroliniana enquanto novo caminho para que a subjetividade feminina negra possa emergir em espaços de exclusão social.

A escrevivência, proposta por Conceição Evaristo, é crucial para pensar os polos da escrita que surgem de experiências e se deslocam para o campo literário. Ainda que Carolina tenha surgido antes de o termo ser cunhado por Evaristo, é possível verificar como essa transição é realizada em suas obras, as quais transformaram suas vivências em discurso situado moldado pelo contexto histórico, social e cultural (Bakhtin, 2015). Portanto, a valorização dos saberes, que são produzidos por sujeitos em condição de marginalização, desloca as

epistemologias hegemônicas, aproximando-se do feminismo decolonial, que busca dar voz àquelas que eram silenciadas.

A análise será fundamentada nos aportes teóricos da interseccionalidade (Patricia Hill Collins e Carla Akotirene), do feminismo decolonial (Françoise Vergès, Maria Lugones) e da escrevivência (Conceição Evaristo), bem como na perspectiva dialógica da linguagem proposta por Bakhtin (2011, 2015), que compreende o discurso como constitutivamente relacional e atravessado por vozes sociais, o que possibilita compreender as opressões que integram a experiência da mulher negra e configuram sua voz enquanto sujeito de enunciação.

O *corpus* escolhido possibilita a compreensão de que a produção literária nos países de língua portuguesa foi moldada a partir da colonialidade do poder e do eurocentrismo. Nesse contexto, a escrita caroliniana apresenta-se como uma literatura decolonial que abre caminhos para que a subjetividade negra emergja nos espaços considerados subprodutos de processos históricos de colonização comuns a diversas nações lusófonas, isto é, espaços de exclusão. Sob esse ponto de vista, apreende-se que essas formas de produção literária são essenciais para os debates da lusofonia, uma vez que contestam a ordem de saberes imposta pelo Ocidente na língua portuguesa.

Busca-se, assim, contribuir para os debates no campo dos estudos literários sobre a representação feminina negra na produção discursiva da subjetividade e evidencia-se que a escrita converte a experiência em prática de resistência e de afirmação da existência.

Silenciamento e interdição da voz feminina

Para compreender a invisibilidade da mulher, é necessário abordar a lógica do patriarcado instituída no Ocidente por meio do processo de colonização (Quijano, 2014). A opressão patriarcal se traduz em normas sociais que favorecem a manutenção de diversos tipos de violência contra a mulher: sexual, física e simbólica. Historicamente, a construção social do feminino é marcada por situações que, além de inferiorizar a mulher, impõe o silenciamento, especialmente no que se refere ao direito à enunciação e à produção de sentidos no campo discursivo.

A hierarquia masculina institucionalizada leva à manutenção da subalternidade da mulher. Por essa razão, considera-se que tal prática reduz o feminino à condição inferior: “A condição da subalternidade é a condição do silêncio” (Carvalho, 2001, p. 120); todavia esse silenciamento não implica ausência de produção discursiva, mas a interdição histórica do reconhecimento dessa voz. Além disso, os que vivenciam a subalternidade, segundo Spivak

(2010), são vistos apenas como objeto de conhecimento, uma vez que as estruturas de poder e opressão são reproduzidas quando os intelectuais falam pelos subalternos. Nessa mesma linha de raciocínio, no caso da mulher negra, essa condição é ainda mais complexificada, pois “[...] não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque é falada pelos adultos” (Gonzalez, 2020, p. 100).

Diante do exposto, reconhece-se que o patriarcado produz hierarquias de existência que geram condições de subalternidade. Nesse caso, a mulher, que historicamente vivencia condições inferiores em relação ao homem, acaba por experienciar condições restritas de enunciação, uma vez que a subalternidade não se limita à condição social.

Na obra *Diário de Bitita*, encontram-se diversos episódios que expõem o patriarcado exercido por meio da coerção, da subjugação e do controle. Os escritos elucidam a naturalização da submissão feminina como norma social internalizada, além de destacarem o discurso patriarcal como regulador de práticas e de formas de subjetivação. Alguns textos da obra exemplificam que a violência de gênero pode ser exercida moral, física ou psicologicamente (Vergès, 2020). Dessa maneira, a violência física surge articulada à violência simbólica, de modo a evidenciar que o controle do corpo, até mesmo da autonomia feminina, é dimensão constitutiva do patriarcado. Carolina Maria de Jesus, apesar de criança à época, compreendia a dimensão da naturalização dessa organização de poder do patriarcado no contexto em que vivia.

A mulher que vivia com o meu avô era a Siá Maruca. Uma preta calma. Era um casal elegante. Quando falavam, se o vovô a repreendia ela chorava e curvava a cabeça e pedia desculpas. Quando o vovô se ausentava eu dizia:

– Siá Maruca, por que é que a senhora não reage quando o vovô a repreende?
– Não minha filha! A mulher deve obedecer ao homem. Eu ficava furiosa. E chorava porque queria virar homem para as mulheres obedecerem-me (Jesus, 1986, p. 66).

Meu avô retirou a cinta da cintura e espancou-a. Dizia:

– E a última vez que a senhora vai fazer compras sem o meu consentimento. Quando quiser sair, peça-me permissão. Quem manda na senhora, sou eu! Se a senhora não sabe obedecer – vai embora!
A siá Maruca chorou (Jesus, 1986, p. 81).

Para a mulher, o espaço era limitado, pois o patriarcado, que opera nos planos simbólico e discursivo, determina quem fala, o que fala e o que é legítimo

como conhecimento ou não, conforme a perspectiva dialógica da linguagem (Bakhtin, 2011).

A mulher negra: intersecção de opressões e disputas de enunciação

Em relação à mulher negra, a questão é ainda mais grave, pois ela ocupa lugar de múltiplas marginalizações. Enquanto a mulher branca era vista como o oposto do homem, a mulher negra não era plenamente contemplada pelo sistema binário instituído pelo eurocentrismo durante a colonização dos povos invadidos pela Europa.

Apesar de Carolina Maria de Jesus viver em contexto de pós-abolição no Brasil, é possível evidenciar que as agruras do sistema colonial perduraram na sociedade brasileira. Nesse sentido, aborda-se o conceito da colonialidade do poder (Quijano, 2014), que permite identificar as formas de soberania exercidas desde o período colonial até a contemporaneidade.

Quando se analisa a interseccionalidade entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, entende-se que ambos foram alinhados ao processo de civilização de um país que, sob o viés eurocêntrico, manteve um povo subjugado para atender à demanda de enriquecimento — primeiro de quem invadiu a terra e, depois, de quem passou a ocupar posições hierarquicamente superiores na sociedade, replicando o patriarcado instituído outrora (Vergès, 2020).

A interseccionalidade é uma ferramenta eficaz para identificar a matriz colonial moderna que age nos grupos que sofrem múltiplas opressões. Akotirene (2019) considera que esse instrumento, quando pautado no feminismo negro, auxilia na compreensão e no combate à complexa interseção das opressões enfrentadas pelas mulheres negras.

Ao reconhecer as intersecções que atravessam a vida das mulheres negras, percebe-se a dominação como sistema que integra ações que determinam quem exerce o poder e quem é subalterno. Assim, a interseccionalidade possibilita aprofundamento acerca do exercício do poder, conforme aponta Collins (2022, p. 376-377), ao compreender a violência como um espaço saturado de relações interseccionais de poder abre novos caminhos para a conceituação da dominação. A violência é evidentemente uma dimensão importante do capitalismo, do colonialismo, do racismo e do heteropatriarcado como formas distintas de dominação política.

Diante disso, vê-se que essas relações de poder se manifestam tanto no plano material quanto no discursivo, regulando quais vozes são legitimadas e quais permanecem marginalizadas.

A questão da mulher negra está relacionada ao eurocentrismo, pois, quando esse sistema criou as dicotomias a partir da perspectiva da

universalização da Europa como modelo normativo a ser seguido, o homem branco tornou-se o sujeito ontologicamente completo. Como a lógica patriarcal é dicotômica, foi estabelecida a ordem de gênero, que instituiu uma gramática idêntica à do poder colonial (Lugones, 2019).

Essa lógica também ocorre no universo feminino, que acaba conduzindo suas questões segundo ideologias às quais se opõe, usando o direito das mulheres como caminho para a universalização do pensamento que “contribui para a perpetuação da dominação de classe, gênero e raça” (Vergès, 2020, p. 20). Para combater essa ideologia, o feminismo decolonial surge com o objetivo de destruir o racismo, o capitalismo e o imperialismo, posto que

Trata-se de uma luta por justiça epistêmica, isto é, uma justiça que reivindica a igualdade entre os saberes e contesta a ordem do saber imposto pelo Ocidente. Os feminismos de política decolonial se inscrevem no amplo movimento de **reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo**. Eles contestam a economia-ideologia da falta, essa ideologia ocidental-patriarcal que transformou mulheres, negros/as, povos indígenas, povos da Ásia e da África em **seres inferiores marcados pela ausência de razão, de beleza ou de um espírito naturalmente apto à descoberta científica e técnica**. Essa ideologia forneceu o fundamento das políticas de desenvolvimento que, grosso modo, dizem: “Vocês são subdesenvolvidos, mas podem se tornar desenvolvidos, desde que adotem nossas tecnologias, nossos modos de resolver os problemas sociais e econômicos (Vergès, 2020, p. 31 - Grifos nossos).

Desse modo, a inferioridade conduz à subalternidade de gênero, que é indissociável da subalternidade racial (Lugones, 2019). O que resta aos que não são brancos é a desumanização, que os inferioriza em relação àqueles que possuem a humanidade plena. Além disso, Maria Lugones (2019) evidencia uma organização que atribui aos inferiores a função reprodutiva, reduzindo o corpo colonizado à força de trabalho, à reprodução biológica e à sexualidade.

Nessa perspectiva, Carolina Maria de Jesus, mulher negra, integrava espaços de exclusão, sendo-lhe negados a razão, o saber e a técnica. No entanto, mesmo desconhecendo o feminismo decolonial, a autora o pôs em prática ao decolonizar a narrativa do branco burguês por meio de uma escrita insurgente. Seu posicionamento ocorreu por vias literárias, abrangendo, dessa forma, as situações que vivenciava, como fome, medo, tristeza, raiva, sempre com postura consciente do seu lugar social, apesar das múltiplas intempéries que a rodeavam. Em análise crítica das diferenças sociais promovidas pelo capitalismo, a escritora,

apesar do pouco estudo e da vida à margem, utilizou seus escritos para se pronunciar: “Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visitas. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32). A metáfora espacial utilizada pela autora traz à tona a organização hierárquica da cidade, mostrando a favela como lugar de exclusão. Uma verdadeira leitura crítica das estruturas sociais.

As analogias utilizadas em seus textos demonstram a capacidade de Carolina Maria de Jesus de usar uma linguagem aparentemente simples, marcada pela concretude da experiência, para atingir seu objetivo, sem remover a importância do que está sendo exposto. Seus escritos reforçam a relação entre corpo, necessidade e existência, destacando como a experiência da fome é ressignificada discursivamente.

A comida no estomago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (Jesus, 2014, p. 44-45).

Diante do que foi trazido até aqui, infere-se que a mulher negra é atravessada por múltiplas opressões, não sendo possível o uso de uma lente monofocal para compreender as violências que cercam sua vida. No entanto, Carolina Maria de Jesus surgiu com um posicionamento intrépido e lutou muito para que a sua voz fosse ouvida. Sua escrita abre caminhos para um lugar de construção e (re)invenção de um “eu” que permaneceu invisível por longo tempo. Logo, a escrita da autora configura-se como prática de enunciação que desloca as hierarquias discursivas e insere sua voz no campo literário, em diálogo com a perspectiva dialógica da linguagem (Bakhtin, 2011).

Escrita como resistência e prática de enunciação

A escrita emerge como ato decolonial, pois rompe com as estruturas patriarcais e coloniais que atuam por meio do silenciamento e da negativa à voz feminina, sobretudo às mulheres negras. Sob essa perspectiva, a produção literária torna-se prática política, além de ato estético, pois possibilita a esse grupo deixar de ser objeto do discurso para constituir-se como sujeito de enunciação, como ser socialmente constituído nas relações com os outros e com a linguagem (Bakhtin, 2011). A lógica eurocêntrica desconsiderou todos os demais saberes e impediu que as vozes dos considerados inferiores fossem

expostas. Quando Carolina Maria de Jesus inscreve suas experiências no campo literário, ela rompe com essa lógica (Evaristo, 2020).

Ao revelar verdades desconhecidas ou distorcidas pela tradição literária em língua portuguesa, a produção caroliniana tensiona esse movimento, utilizando linguagem marcada pela concretude da experiência cotidiana. Ao ler a obra *Quarto de Despejo*, nota-se que sua narrativa possui teor de denúncia das reais condições de quem residia na favela do Canindé, utilizando, para tanto, recursos líricos em diversos momentos. Diante disso, a autora consegue reivindicar a posição de sujeito de enunciação, ou seja, um protagonismo que não lhe era permitido historicamente. Em contrapartida, *Diário de Bitita* é construído pela articulação entre classe, raça e gênero, por meio de registro memorialístico que também evidencia a engrenagem opressora que marcou sua formação desde a infância.

Por outro lado, toda a riqueza literária dos textos de Carolina Maria de Jesus foi desconsiderada pela crítica da época, que deslegitimava a autora, negando-lhe, inclusive, a posição de escritora.

[...] é importante constatar que seus promotores não reconheciam seu valor "literário"; pelo contrário, identificavam mais o sentido de denúncia de um estado de coisas. É assim que Paulo Dantas recobra a lembrança: "não que a gente a esteja colocando como escritora.". Salienta ainda que a contemplava "como fenômeno social", classificando aquele escrito como um "depoimento sobre favelas e o submundo em São Paulo" (Levine e Meihy, 2015, p. 146).

A respeito da desvalorização literária atribuída à produção de Carolina Maria de Jesus, Evaristo (2026), ao discutir as noções de "poder dizer" e "poder ser", aponta que tais dimensões integram uma autoinscrição no texto, que envolve autovisão e vivência, abrangendo não apenas o próprio corpo, mas também os de seus semelhantes. Nesse sentido, a incompreensão acerca das obras literárias afro-brasileiras de língua portuguesa é evidenciada pela autora, ao afirmar que se trata de uma "inscrição nem sempre compreendida em sua profundidade, que se localiza não apenas em meras junções e colagens de palavras, mas na própria existência de pessoas negras, com suas heranças ancestrais e históricas" (Evaristo, 2026, p. 22).

Nessa perspectiva, compreende-se que a cosmogonia negra não atende nem é compreendida por uma literatura de formação eurocêntrica, como a brasileira. Além disso, colocar Carolina Maria de Jesus em posição de escritora seria admitir que existia um Brasil representado por um grupo socialmente invisível. Isso significaria conceder permissão para falar àqueles que

historicamente foram silenciados, transformando quem costumava ser posicionado como objeto em sujeito da história.

Mesmo diante de tantas negativas, ainda que postumamente, Carolina Maria de Jesus mobilizou o centro da produção literária para as margens. Por essa razão, ao reivindicar o seu lugar legítimo enquanto produtora de saber e de literatura, e ao afirmar a existência de sujeitos historicamente subalternizados, a escrita da autora configura-se como prática de enunciação que reconfigura as relações entre vozes no campo discursivo (Bakhtin, 2011).

Escrevivência: prática de resignificação e de produção de subjetividades

A prática de resistência de Carolina Maria de Jesus no contexto literário brasileiro de Língua Portuguesa pode ser articulada ao conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2023), que preconiza que a escrita deve surgir imbricada com a experiência vital de quem a cria.

Evaristo (2023) aponta para o problema da realidade de vida exposta na elaboração literária, problematizando os textos de autoria negra como se essas produções se reduzissem exclusivamente à dimensão social. Na verdade, as narrativas femininas negras pertencem a um grupo que é historicamente marginalizado, logo elas buscam dissociar-se das lentes coloniais, reconstruindo formas específicas e próprias de subjetividade.

Nesse sentido, os textos carolinianos passam a ser vistos como atos políticos e epistemologias de resistência, pois reposicionam uma literatura desconsiderada como tal, reivindicando um lugar protagonista para sujeitos historicamente silenciados. A literatura de língua portuguesa considerava a escrita feminina negra como subalterna em um espaço em que prevalecia a hegemonia eurocêntrica (Evaristo, 2020).

Ao narrar suas experiências, Carolina Maria de Jesus abarca vivências de outras mulheres negras que integram o mesmo cenário de opressão que ela. Sendo assim, seu discurso não se restringe à dimensão individual. Não se configura como uma escrita centrada no “eu”, mas em uma narrativa que abraça o coletivo. Posto isso, a escritora consegue resignificar sua produção literária como ferramenta que intervém no mundo social e elabora novas subjetividades (Evaristo, 2023).

Dessa forma, uma escrita-liberdade ecoa dos gritos antes agarrados em gargantas diaspóricas, vozerio aproximado por um lugar de intersecção atravessado pela tríade, gênero, raça e classe — e também pela “dororidade, pois contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo” (Santos, 2023, p. 66; Piedade, 2017, p. 16).

Diante do exposto, infere-se que a escrita de Carolina Maria de Jesus é um campo de (re)construção do “eu”, por meio da transformação do cotidiano em matéria literária. A escritora concede legitimidade à mulher negra na literatura de língua portuguesa e reivindica a sua visibilidade, além de reconfigurar as condições de enunciação no campo discursivo. Dessa forma, a autora desestabiliza o cânone eurocêntrico e instaura novas possibilidades de produção de sentido e de representação. Assim, sua escrita ressignifica a experiência e reorganiza as relações entre sujeito, linguagem e poder.

Conclusão

Este artigo analisou a constituição discursiva da mulher negra nas obras *Diário de Bitita* e *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e evidenciou como os campos de enunciação e de resistência se configuram como práticas de escrita de si, envolvendo também o coletivo.

A respeito das lutas femininas, não há como falar em hierarquia de opressões, nem em universalização de pautas, pois a mulher negra é atravessada por múltiplas violências que não se equiparam às vivenciadas por mulheres brancas. Sob essa ótica, compreende-se que a escrita negra feminina enfrenta maior dificuldade para alcançar visibilidade, pois integra o grupo que foi inferiorizado e coisificado.

No que tange à característica denunciatória das obras de Carolina Maria de Jesus, que expõem as múltiplas opressões sobrepostas em sua vida, compreende-se que a escritora subverte os padrões literários socialmente instituídos ao posicionar a mulher negra no lugar de protagonismo, isto é, como sujeito de enunciação e produtora do saber.

Essa escrita apresenta-se como uma contranarrativa ao discurso hegemônico e desestabiliza as formas hegemônicas de produção de verdade ao deslocar o sujeito universal. Ainda assim, a crítica buscou ignorar essa literatura, que é vista predominantemente como um documento social. Sob esse viés, o preconceito se revelou no apagamento cultural das obras afro-brasileiras de língua portuguesa.

A leitura por uma lente decolonial possibilitou compreender como as obras de Carolina Maria de Jesus representam desobediência epistêmica que rompe com o vínculo à matriz colonial de poder, abrindo espaços para novas subjetividades, no mesmo movimento em que intervêm no campo discursivo, problematizando as formas hegemônicas de produção de sentido e disputando os regimes de legitimação da palavra.

Assim, *Diário de Bitita* e *Quarto de Despejo* se inscrevem como vozes ativas no campo literário, como representação e práticas de enunciação que

reconfiguram as relações entre sujeito, linguagem e poder, instaurando uma dinâmica de disputa entre vozes sociais. Nesse ínterim, a Literatura de Carolina Maria de Jesus inscreve novas vozes na disputa de sentidos no interior do campo literário, com deslocamento do monopólio discursivo atribuído ao sujeito eurocêntrico.

Ademais, ao se autoinscrever, ver-se e viver, a autora utiliza o procedimento estético-discursivo escrevivência, partindo do princípio de que a escrita de si também abarca a história do outro. Em o *Diário de Bitita*, a escritora revisita a infância e aborda inúmeras questões relacionadas à ancestralidade. Já em *Quarto de Despejo*, ela transita entre as vidas dos moradores da favela e se insere na narrativa, evidenciando, assim, as similaridades e diferenças de quem vive à margem. Novamente, a escritora reconfigura as relações de poder no campo literário, de modo a legitimar o discurso.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a escrita caroliniana cria possibilidades de leitura que reposicionam os sujeitos historicamente categorizados como subalternos em posição central no campo discursivo, reconfigurando o campo literário a partir do estabelecimento dessas vozes nos discursos, permitindo à mulher negra constituir-se como sujeito de enunciação. Nesse sentido, não é mais alguém falando por ela, nem sobre ela, mas é o próprio sujeito feminino negro que conta a sua história.

Nesse processo, observa-se um deslocamento do monopólio discursivo para expandir o debate da análise da escrevivência, que opera como uma metodologia de criação literária, em outras produções de autoras negras no espaço lusófono, partindo do princípio de que são escritas que desafiam o cânone eurocêntrico e denunciam as heranças deixadas pela colonialidade. À vista disso, abre-se espaço para questionar o apagamento cultural de obras afro-brasileiras e africanas e investigar como novas gerações de escritoras negras transformam experiências de exclusão em práticas de resistência simbólica por meio da literatura.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen.
- Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da criação verbal* (6ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. M. (2015). *Os gêneros do discurso*. São Paulo. Editora 34.
- Carvalho, J. J. (2001). O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 7(15), 107-147.
<https://www.scielo.br/j/ha/a/kNnShbTR3wLSWgCspyx8JBv/>
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo. Boitempo.

- Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro. Mina Comunicação e Arte. <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>
- Evaristo, C. (2023). *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro. Malê.
- Evaristo, C. (2026). *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Rio de Janeiro. Pallas.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Levine, R., & Meihy, J. C. S. B. (2015). *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* (2ª ed.). Minas Gerais. Bertolucci.
- Lugones, M. (2019). *Rumo a um feminismo decolonial*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo.
- Piedade, V. (2017). *Dororidade*. São Paulo. Editora Nós.
- Quijano, A. (2014). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* (pp. 777-832). Clacso.
- Santos, M. (2023). Intelectual negra: a produção literária de Conceição Evaristo. In *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro. Malê.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Minas Gerais. Editora UFMG.
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo. Ubu.